

	<p align="center">DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE FRONTEIRA - DOF</p>	<p>POP: 013</p>
		<p>ESTABELECIDO EM: 2020</p>
	<p align="center">OCORRÊNCIA DE TRÁFICO DE DROGAS EM ÔNIBUS RODOVIÁRIO</p>	<p>REVISADO EM: 26/03/2020 Nº DA REVISÃO: 00</p>
<p>RESPONSÁVEL: Equipe DOF com 4 (quatro) componentes. NÍVEL DE PADRONIZAÇÃO: Geral.</p>		
<p align="center">ATIVIDADES CRÍTICAS</p>		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Observar as condições de segurança do local da abordagem. 2. Busca no interior do ônibus. 3. Entrevista com os passageiros. 4. Identificação de pessoas que por suas ações despertem suspeitas de que possam estar transportando algo ilícito. 5. Revista do bagageiro do ônibus. 6. Localização da droga. 7. Apreensão da droga. 8. Prisão e condução do(s) criminoso(s). 		
<p align="center">SEQUÊNCIA DE AÇÕES</p>		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aproximar-se do veículo, estabelecendo contato com o motorista, indagando-o acerca da quantidade de passageiros, itinerário e se há algo ou alguém com comportamento suspeito no interior do ônibus. 2. Dois policiais adentrarão ao ônibus para realizar os procedimentos de revista em seu interior e entrevista com os passageiros. 3. No caso de passageiro que, por suas ações, desperte suspeita de que esteja levando consigo ou em sua bagagem, algo ilícito, será determinado que este desça do ônibus, a fim de que seja feita uma revista em sua bagagem, busca pessoal, se necessário, bem como entrevista mais detalhada e checagem do mesmo. 4. Um policial ficará responsável por realizar a revista no bagageiro, bem como nas bagagens ali transportadas. Havendo a necessidade de abertura de alguma mala, diante de alguma suspeita, será solicitado que o proprietário daquela desça do ônibus para que acompanhe tal procedimento. 5. Havendo a localização de droga e confirmação da autoria, será dada voz de prisão ao(s) autor(es). 6. A confirmação da autoria se dará das seguintes maneiras: <ol style="list-style-type: none"> a) Caso o autor esteja transportando consigo o ilícito; b) Por indicação do próprio autor, confirmando ser proprietário da bagagem onde a droga será localizada; c) Através do ticket de bagagem. 7. Não havendo confirmação da autoria, a droga localizada será apreendida. Para tanto, será qualificado o motorista do ônibus como testemunha. 8. Informar imediatamente a STELECOM que, por sua vez, dará ciência ao Oficial Coordenador de serviço, ao Coordenador de Operações e à Direção do DOF. 9. A condução deverá ser feita preferencialmente no compartimento de presos da viatura, salvo as 		

exceções legais.

10. Caso haja resistência por parte do(s) autor(es), ou mesmo seja avaliada a possibilidade de fuga por parte deste(s), ou de ofensa à integridade física da equipe policial ou de terceiros, aquele(s) será(ão) conduzido(s) algemado(s).
11. Caso haja a necessidade de apoio para a condução do(s) autor(es), do(s) veículo(s) e da carga ilícita, deverá ser solicitado apoio de outra equipe junto à STELECOM, que providenciará conforme deliberação do Oficial Coordenador de serviço ou, na impossibilidade deste, do Coordenador de Operações. Da mesma forma, caso o Chefe da equipe avalie que haverá riscos à segurança da equipe durante o deslocamento para a delegacia, solicitará apoio de outra equipe, junto à STELECOM, para tal.
12. Na delegacia será procedida uma nova busca pessoal minuciosa no(s) autor(es).
13. Os antecedentes criminais do(s) autor(es) serão verificados junto à STELECOM, o quanto antes, conforme disponibilidade de comunicação.
14. A pesagem e contabilização da droga apreendida será feita na delegacia.
15. Confecção de BO SIGO e apresentação da ocorrência à Autoridade Policial.
16. Encerramento da ocorrência junto à STELECOM.

RESULTADOS ESPERADOS

1. Localização e apreensão da substância entorpecente.
2. Identificação e detenção do(s) infrator(es).

AÇÕES CORRETIVAS

1. Se as condições de segurança não forem adequadas para realizar a ação com eficiência e segurança, solicitar apoio.
2. Malas e bagagens em geral deverão ser abertas na presença de seu proprietário. Quando isto não for possível, fazê-lo na presença de testemunha (geralmente o motorista do ônibus).
3. Adotar sempre as técnicas de Uso Diferenciado da Força, evitando excessos por parte de um ou mais integrantes da equipe policial.
4. Contatos prévios com a delegacia competente para o recebimento da ocorrência será feito pela STELECOM. Eventuais problemas nesse sentido serão resolvidos pelo Oficial Coordenador de serviço ou, na impossibilidade deste, do Coordenador de Operações e/ou Direção do DOF.
5. A equipe policial fará os registros fotográficos e filmagens da ocorrência, que deverão obedecer aos padrões já estabelecidos pela ASSECOM.
6. Informações sobre a ocorrência, como dados de qualquer natureza, imagens, vídeos, etc., serão repassados somente para a STELECOM. Esta, por sua vez, repassará ao Oficial Coordenador de serviço, Coordenador de Operações, ASSECOM e Direção do DOF.
7. Somente a ASSECOM tem autorização para contato com a imprensa e divulgação das ocorrências do Departamento de Operações de Fronteira. Nenhum policial está autorizado a conceder entrevista, ou a divulgar informações sobre ocorrências, salvo se autorizado pela Direção do DOF.

POSSIBILIDADES DE ERRO

1. Parada do ônibus a ser abordado e/ou da viatura em local que comprometa a segurança e o fluxo de veículos.
2. Fuga a pé do(s) indivíduo(s) criminoso(s).
3. Injusta agressão por parte do(s) criminoso(s) contra a equipe policial ou terceiros.
4. Desatenção por parte de um ou ambos policiais responsáveis pela revista no interior do ônibus.
5. Policial responsável pela revista no interior do ônibus ou no bagageiro fazê-la incorretamente.
6. Deixar de localizar a droga quando existir.
7. Deixar de qualificar o motorista do ônibus como testemunha da ação.
8. Local sem sinal para comunicação.
9. Deixar de atentar para o registro fotográfico da ocorrência a fim de suprir à ASSECOM e/ou deixar de realizar o registro fotográfico do(s) autor(es) para alimentar os sistemas policiais.

Obs. Nos casos em que figurem como autores dos delitos "policiais militares" não lotados no DOF, o Oficial Coordenador de Policiamento deverá ser imediatamente comunicado para que providencie o encaminhamento da ocorrência à Corregedoria da Polícia Militar para lavratura dos atos pertinentes de Polícia Judiciária Militar, em sendo Policiais Militares lotados no DOF o próprio Oficial Coordenador tomará as medidas cabíveis;

Informar de Imediato a Direção do DOF das medidas tomadas.

REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES

- Constituição Federal do Brasil.
- Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.
- Código de Processo Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.
- Decreto Federal n. 8.858/16 e Súmula Vinculante nº 11, STF.
- Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais.
- Procedimento Operacional Padrão (POP) – Abordagens Policiais com Fundada Suspeita – PMMS.
- Manual do Operador de Segurança Pública – MS.